

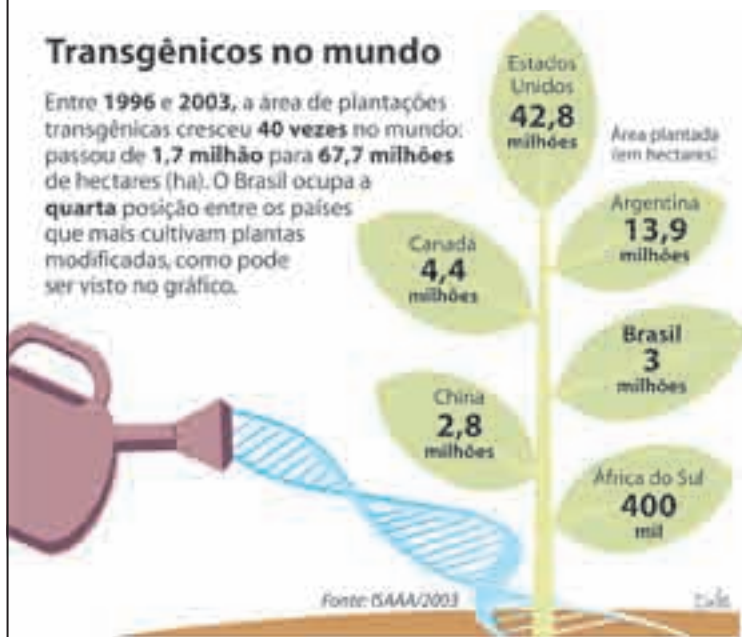
Senado aprova seis MPs e as parcerias público-privadas

Depois de intensas negociações nas comissões permanentes e prolongados debates no Plenário, senadores acolheram o projeto das PPPs. Antes, tiveram que deliberar sobre seis medidas provisórias

As normas para plantio e comercialização de soja transgênica estão definidas em uma das seis medidas provisórias (MPs) aprovadas ontem pelo Plenário. Na última sessão do ano, que durou quase 15 horas, o Senado conseguiu desobstruir a pauta e examinar outras propostas.

Transgênicos no mundo

Entre 1996 e 2003, a área de plantações transgênicas cresceu 40 vezes no mundo: passou de 1,7 milhão para 67,7 milhões de hectares (ha). O Brasil ocupa a quarta posição entre os países que mais cultivam plantas modificadas, como pode ser visto no gráfico.



Moisira Mariz

Em nove meses de discussão, o Senado alterou o projeto do Executivo que institui as parcerias público-privadas

(PPPs). O resultado dos debates e negociações foi consolidado no projeto aprovado na madrugada de hoje pelo Plenário (foto).

Com as parcerias, o governo pretende conseguir na iniciativa privada recursos que lhe faltam para obras de infra-estrutura.

Páginas 3 e 4

Jane Araújo



Resultado de sugestão do presidente do Senado, José Sarney, o projeto que elimina tributos incidentes so-

bre livros foi sancionado pelo presidente Lula. Na solenidade, Sarney recebeu o título de Amigo do Livro.

Página 8

Agência vai cuidar do desenvolvimento

O projeto que cria a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial foi aprovado hoje de madrugada pelo Senado. O Plenário acolheu, ainda, propostas que tratam da estruturação de planos de carreira de servidores de instituições federais de ensino e do Departamento Nacional de Produção Mineral, bem como o que prevê aumento para servi-

dores do Ministério Público da União.

Várias indicações de autoridades, como embaixadores, dirigentes de agências reguladoras e ministro do Tribunal Superior do Trabalho, também foram aceitas. Quase no final da sessão, o presidente do Senado, José Sarney, marcou para o dia 14 de fevereiro, às 16h, a eleição da nova Mesa diretora da Casa.



PROGRESSO Tuma diz que exame chamado PET supera tudo que se conhece em termos de diagnóstico

Tuma: proposta facilita tratamento de câncer

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) fez um apelo aos deputados para que aprovem a proposta de emenda constitucional 199/03, que permitirá que a iniciativa privada, sob regime exclusivamente de permissão, possa produzir, comercializar e utilizar radioisótopos com meia-vida igual ou inferior a duas horas. Essa mudança permitirá o uso em larga escala de um tipo de exame – chamado PET – que supera tudo que já se conhece em termos de diagnóstico e definição de condutas médicas no tratamento de câncer.

Esse tipo de exame utiliza o elemento radiativo Flúor 18, cujo tempo de meia-vida é de apenas 110 minutos. Atualmente, esses elementos precisam vir de fontes mantidas pelo poder público e localizadas muito próximas aos hospitais, “o que inviabiliza o processo”.

– A PEC 199/03 visa sanar esse problema, ao estender à iniciativa privada a comercialização daquele radioisótopo – disse Tuma, que cumprimentou Jorge Bornhausen (PFL-SC) pela autoria da matéria.

Senado entrega oito toneladas de alimentos a entidades filantrópicas

■ Sarney elogia trabalho de pessoas “que doam constantemente sua vida por amor ao próximo”

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem, no Salão Nobre, da solenidade de entrega a entidades filantrópicas de oito toneladas de alimentos arrecadados entre os funcionários da Casa pela campanha Natal Solidário, promovida pela Diretoria Geral da Casa. Sarney elogiou o trabalho dos responsáveis pelas entidades agraciadas – Ação Social João XXIII, Galpão da



DOAÇÃO Sarney discursando, observado por Agaciel Maia, Edison Lobão, Romeu Tuma e Leomar Quintanilha

Sopa, Casa da Sopa e Escola Maria Teixeira –, “que doam constantemente sua vida por amor ao próximo”.

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), ressaltou ainda a importância do

espírito solidário no exercício da atividade pública, e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, agradeceu o esforço dos funcionários na arrecadação dos alimentos, confirmando que “o Senado também é uma

Casa solidária”.

As entidades beneficiadas, escolhidas por sorteio, cuidam de crianças carentes e portadoras de necessidades especiais, idosos e população necessitada.

Agenda



Congresso vota créditos suplementares

Senadores e deputados, em sessão conjunta do Congresso Nacional, reúnem-se hoje a partir das 11h. Os parlamentares retomarão a votação de projetos sobre créditos suplementares aprovados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Comissão de Orçamento se reúne às 10h

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 10h, para votar projetos de créditos suplementares, requerimentos. Também analisará os dez relatórios setoriais da proposta orçamentária de 2005.

CPI do Banestado

A votação do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que investigou o envio ilegal de dólares para o exterior, foi adiada. A decisão ficou para a próxima segunda-feira, dia 27, a partir das 15h.

Visite o Senado

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, inclusive pelo Plenário. O passeio começa de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30, nos dias úteis, e entre 10h e 14h, nos fins de semana e feriados.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



REFORÇO Ingresso de Almeida Lima no PSDB foi saudado por seus novos colegas de bancada

Almeida Lima comunica sua filiação ao PSDB

O senador Almeida Lima (SE) comunicou ontem à Mesa do Senado sua saída do PDT e filiação ao PSDB. O líder do partido na Casa, senador Arthur Virgílio (AM), saudou o ingresso do novo integrante de sua bancada.

– Saúdo como um grande reforço ao PSDB e isso sem significar nenhum desfalque à oposição integrada pelo PDT. Tenho certeza de que Almeida Lima se realizará politicamente no partido e terá o nosso apoio – afirmou Arthur Virgílio.

Os senadores Leonel Pavan (SC) e Antero Paes de Barros (MT) também cumprimentaram o novo colega de bancada. Pavan lembrou que, como Almeida Lima, é originário do PDT. Antero ressaltou que a entrada de Almeida Lima contribuirá para aumentar a presença do PSDB em Sergipe.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

VOTAÇÕES

Plenário acolheu ontem seis medidas provisórias, entre elas a que permite o plantio da soja modificada geneticamente. Conforme a MP, a comercialização do produto alterado não poderá ultrapassar dezembro de 2006

Aprovada MP que libera a soja transgênica

■ Como foi alterada, a medida provisória será enviada à sanção do presidente da República

O Senado aprovou o projeto de lei de conversão (PLV 67/04) apresentado à medida provisória que estabelece normas para plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2005. O relator-revisor, senador Delcídio Amaral (PT-MS), que apresentou parecer pela aprovação, explicou que, na prática, a medida libera o



CONCORDÂNCIA Delcídio apoiou o projeto apresentado à medida provisória editada pelo governo Lula

plantio e a comercialização da safra atual de soja transgênica. Apenas a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) votou contra

a matéria, que vai à sanção presidencial.

Segundo o texto, as sementes de soja geneticamente modificadas da safra de 2004 e reservadas pelos agricultores para uso próprio poderão ser plantadas até 31 de dezembro deste ano. A medida provisória desobriga da necessidade de parecer da CTNBio e de licenciamento ambiental o plantio e comercialização da soja modificada da atual safra.

A comercialização da soja transgênica deverá ocorrer até 31 de janeiro de 2006. Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 180 dias. A MP original

previa prorrogação de no máximo 60 dias. Outra alteração feita na Câmara incluiu permissão para que agricultores que não tenham assinado o termo de compromisso e responsabilidade relativo ao plantio da safra de 2004 possam usar em 2005 a semente derivada dessa plantação.

A Câmara dos Deputados também incluiu dispositivo que vincula a cobrança de *royalties* sobre sementes patenteadas à apresentação de nota fiscal de venda, para evitar a cobrança sobre a produção. Outro ponto alterado foi a retirada do texto da determinação

de que o estoque existente após a data final de comercialização seria destruído, com limpeza dos espaços de armazenagem para o recebimento da safra seguinte.

Ao defender a aprovação do PLV, Delcídio informou que o governo federal destacou na defesa da medida provisória o fato de que, se não houvesse dispositivo legal para amparar o plantio da soja transgênica, haveria risco de perda integral das sementes estocadas.

Outras cinco MPs também foram aprovadas ontem, permitindo a votação das parcerias público-privadas.



RENOVAÇÃO Lúcia Vânia relatou a MP que garante novos estímulos ao setor produtivo nacional

Indústria recebe mais apoio para investimentos

As indústrias receberam novo estímulo para expandir e renovar o parque produtivo nacional, por meio de investimentos em máquinas e equipamentos. Aprovado em Plenário, projeto de lei de conversão (PLV 63/04) permite, para as compras de bens de produção realizadas até o final de 2005, a utilização de crédito na apuração da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e das contribuições para o PIS-Pasep e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) não cumulativas.

O texto, que segue para sanção, permite, em relação à utilização do crédito na apuração da CSLL, o adiamento do pagamento do tributo.

Em seu parecer favorável, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) anunciou acordo que vetava artigo para evitar prejuízos ao setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos.



NECESSIDADE Para Tião Viana, a aprovação da medida provisória é "altamente meritória"

Dois ministérios terão mais 567 cargos

Por 36 votos a favor, 16 contrários e 1 abstenção, o Plenário aprovou o projeto de lei de conversão (PLV 64/04) que cria 132 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramentos Superiores (DAS) no Ministério de Minas e Energia e outros 328 do mesmo tipo e 107 funções gratificadas no Ministério da Agricultura. Conforme a oposição, os 567 novos cargos vão gerar despesa anual de R\$ 12,7 milhões.

O projeto, resultante das modificações feitas pela Câmara à Medida Provisória 220/04, também altera a lei que criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Para Tião Viana (PT-AC), o relator, a aprovação da medida provisória é "altamente meritória" e visa alterar a estrutura de dois ministérios que não sofriam modificações substanciais desde a década de 70.



BENEFÍCIO Jonas Pinheiro: a medida promoverá a capitalização e modernização do setor

Títulos devem financiar a agropecuária

Por votação simbólica, o Senado aprovou projeto de lei de conversão (PLV 65/04) oriundo da MP 221/04, que cria o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e o Warrant Agropecuário (WA) para funcionarem como instrumentos de captação de recursos no mercado de capitais, para financiamento do setor agropecuário.

O CDA é papel representativo de promessa de entrega de produto agropecuário depositado em armazém. Já o Warrant Agropecuário (WA) é título de crédito que confere direito de penhor sobre o produto descrito no CDA correspondente. Os produtores poderão usar o WA como garantia para tomar financiamento bancário.

Em seu parecer, Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou que o PLV promoverá a capitalização do setor, abrindo caminho para a modernização da comercialização e estocagem.



TRAMITAÇÃO Devido a modificação feita por Romero Jucá, a MP será novamente examinada pela Câmara

Criada Secretaria da Receita Previdenciária

Também na noite de ontem o Senado aprovou o projeto de lei de conversão (PLV 66/04) proveniente da medida provisória (MP 222/04) que autoriza o Executivo a criar a Secretaria da Receita Previdenciária, no âmbito do Ministério da Previdência Social. Devido a modificação introduzida pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o texto voltará à Câmara dos Deputados.

O governo espera arrecadar R\$ 2 bilhões com essa secretaria. Sua atribuição é arrecadar, fiscalizar e lançar o recolhimento das contribuições previdenciárias. Conforme o projeto, servidores das carreiras previdenciária e do seguro social poderão ser requisitados pelo Ministério da Previdência, independentemente de nomeação, para cargo em comissão ou função de confiança, para trabalharem na Secretaria da Receita Previdenciária.



ELOGIO Em seu parecer favorável à MP, Mozarildo enalteceu o trabalho das Forças Armadas

Carreira de tecnologia militar é garantida

Última das medidas provisórias que trancavam a pauta do Senado, a MP 224/04 foi aprovada ontem por unanimidade e sem modificações, com relatório favorável do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). O Plenário confirmou, assim, o texto do Executivo que garante a criação, no âmbito das Forças Armadas, da carreira de tecnologia militar e institui inúmeras gratificações para outras carreiras. São beneficiadas, entre outras, as atividades de controle e segurança de tráfego aéreo.

Ao apresentar seu relatório, Mozarildo apontou para a "conveniência e oportunidade" da matéria, que, segundo ele, atende às necessidades de "ajustes seletivos" na remuneração de diversas carreiras do serviço público, muitas das quais com baixos salários, salientou. Ele enalteceu o trabalho das Forças Armadas e recebeu o apoio de vários senadores.

VOTAÇÕES

Na madrugada de hoje, ao final de uma sessão que durou quase 15 horas, o Senado acolheu o projeto que institui as PPPs. Por ter sofrido modificações, a proposta retorna ao exame da Câmara dos Deputados

Plenário aprova as parcerias público-privadas

Depois de nove meses de discussão, o Plenário do Senado aprovou na madrugada de hoje substitutivo ao projeto (PLC 10/04) que institui e regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs). Por meio de contratos entre a União, os estados e os municípios com investidores privados, obras de infra-estrutura poderão ser realizadas e concessões de serviços poderão ser licitadas por prazos de cinco a 35 anos e em valor não inferior a R\$ 20 milhões.

Relator do substitutivo oriundo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou que as PPPs “não resolvem tudo”, mas são um passo importante para a solução de graves lacunas na infra-estrutura do país. Ele chamou a atenção para o trabalho de aperfeiçoamento do projeto enviado pelo governo e aprovado na Câmara dos Deputados. Um dos itens foi a definição das modalidades de contratos (*ver quadro*).

Tourinho foi antecedido por Valdir Raupp (PMDB-RO), outro que, juntamente com Tasso Jereissati (PSDB-CE), participou intensamente das negociações e relatou a matéria



Fotos: Roosevelt Pinheiro



CONSENSO Rodolpho Tourinho e Valdir Raupp, relatores, tiveram intensa participação nas negociações para aperfeiçoar o projeto das PPPs, que contaram também com a colaboração de Tasso Jereissati

na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Raupp disse acreditar que muitos pontos de estrangulamento nos setores de portos, rodovias e produção de energia possam ser desfeitos com as PPPs.

– A construção desse substitutivo foi uma lição de democracia – enfatizou Jereissati.

Na modalidade de concessão patrocinada, os investidores privados serão ressarcidos em parcelas pagas periodicamente ao longo do contrato (as chamadas contraprestações), além de auferir a receita da tarifa que poderá ser cobrada dos usuários dos serviços. Poderá ser o caso de estradas

federais com tráfego pequeno para que o pedágio cubra os investimentos e os seus custos de manutenção.

Na modalidade de concessão administrativa, os investidores privados executarão obras e/ou prestarão serviços à administração pública, sendo remunerados pelo poder público. Espera-se que isso ocorra com a construção e a administração de presídios.

– Não tenho dúvidas de que as PPPs, juntamente com a lei de concessões, atrairão investidores – afirmou o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Esses investidores irão receber, além das contraprestações,

as garantias integrantes de um fundo formado com recursos e bens públicos. Mas o governo poderá reduzir o pagamento das contraprestações se as metas de desempenho e de padrão de qualidade, acertadas no contrato, não forem obedecidas.

Os parceiros privados terão de entrar com 30% de recursos próprios, ou 20% quando houver a participação dos fundos de previdência complementar. Quanto ao enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a União e os entes federados não poderão gastar mais do que 1% da sua receita corrente líquida (RCL) com

contratos de PPP. Esse limite também alcançará as estatais não dependentes, como a Petrobras e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), atualmente fora das amarras da LRF.

A atenção aos ditames da LRF foi elogiada por Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Ele observou que a prolongada discussão permitiu que se chegasse a um bom projeto e reforça a idéia de que o Senado não deve aceitar votações “a toque de caixa”.

Apesar das mudanças, Heloísa Helena (PSOL-AL) argumentou que a nova modalidade está sendo estabelecida de modo a beneficiar os empreiteiros.

Também discutiram a matéria os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), José Agripino (PFL-RN), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Edison Lobão (PFL-MA), Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Heráclito Fortes (PFL-PI), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Mão Santa (PMDB-PI), Marcelo Crivella (PL-RJ), Hélio Costa (PMDB-MG) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Como serão os contratos com o setor privado

Aprovadas ontem pelo Senado, as parcerias público-privadas são uma nova modalidade de investimento proposta para a ampliação e a melhoria da infra-estrutura do país. Sob o argumento de que o setor público não tem recursos suficientes (cerca de R\$ 40 bilhões) para fazer todos os investimentos de que o Brasil necessita, o governo federal enviou ao Congresso projeto de lei que estabelece normas a serem seguidas nos contratos de parceria entre o poder público (União, estados e municípios) e a iniciativa privada. Veja ao lado os principais pontos do substitutivo (PLC 10/04) ao projeto das PPPs, que retorna à Câmara dos Deputados.

- **Valor** – Só para investimentos superiores a R\$ 20 milhões.
- **Duração dos contratos** – De cinco a 35 anos.
- **Licitações** – A escolha dos investidores privados será por meio de leilões. Quando houver uma diferença inferior a 20% entre os dois primeiros colocados na licitação por envelope lacrado, a escolha será por lances em viva voz, mas o segundo colocado será o primeiro a dar o lance, garantindo a vantagem do primeiro colocado. Essa é uma forma de induzir os candidatos a apostarem todas as suas fichas na etapa dos envelopes fechados.
- **Modalidades** – Na concessão patrocinada, há o ressarcimento, em parcelas pagas periodicamente ao longo do contrato – as chamadas contraprestações –, além da tarifa que poderá ser cobrada dos usuários dos serviços. Será o caso de estradas federais com volume de tráfego insuficiente para que a receita do pedágio cubra os investimentos e os seus custos de manutenção. O governo entra com uma subvenção para viabilizar o negócio. Quando essa subvenção for superior a 70% do valor da remuneração do empreendimento, será necessária uma autorização legal específica. Na segunda opção, denominada concessão administrativa, que envolve a prestação de serviço para a administração pública, mesmo que inclua execução da obra, fornecimento de equipamentos e sua instalação, quem paga tudo é o governo. O exemplo mais ilustrativo é a construção e a administração de presídios.
- **Responsabilidade fiscal** – Tanto a União quanto os estados e os municípios não poderão comprometer mais de 1% da receita corrente líquida (RCL) com a contraprestação a parceiros privados. Os governos estaduais e municipais que descumprirem essa regra não poderão obter do Tesouro Nacional garantias em operações de crédito ou receber transferências voluntárias de recursos. Estão incluídas nesse limite, mas levando em conta a receita de vendas e serviços, as empresas públicas ou sociedades de economia mista não regidas pela LRF.
- **Recursos públicos** – A participação dos recursos públicos nas PPPs será limitada a 80% do valor total do empreendimento.
- **Recursos privados** – A participação dos recursos privados terá

de ser de no mínimo 20% do capital, quando houver participação de fundo de previdência, e de 30% quando não houver participação de fundo de previdência. Dos recursos próprios apresentados por investidor privado, serão excluídos financiamentos obtidos junto a bancos públicos.

→ **Fundos de previdência** – A participação dos fundos de previdência complementar, sejam de estatais ou de companhias privadas, nas PPPs não poderá exceder a 80% do total dos investimentos. Para os demais fundos o limite fixado é de 70% do total do empreendimento.

→ **Garantias para o investidor** – O risco do negócio para os investidores privados é pequeno. Além de garantias oferecidas pelo próprio governo, será criado um fundo garantidor, com um patrimônio de até R\$ 6 bilhões. Ele terá natureza privada e funcionará de modo semelhante aos fundos de investimento do mercado, livre do contingenciamento orçamentário e de saques para pagamento de precatórios. O fundo será formado com ações e bens públicos. Deverá ser administrado por um banco estatal federal, provavelmente o Banco do Brasil.

→ **Punições** – Os governos poderão reduzir o pagamento das contraprestações aos parceiros privados na hipótese de as metas de desempenho e de padrão de qualidade, previstas no respectivo contrato, não serem obedecidas.

→ **Fiscalização** – Serão realizadas auditorias para verificar se, ao final do contrato, os bens que estão sendo restituídos pelo parceiro privado possuem efetivamente condições de uso. Os relatórios de desempenho dos contratos serão enviados ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União (TCU), que irá auditá-los.

→ **Confiança** – Para dar confiança aos investidores, evitar pendências judiciais e dívidas vultosas para os futuros governos, os chamados esqueletos, o projeto está ancorado nas leis de Responsabilidade Fiscal (LRF), de licitações, de concessões e na lei de arbitragem. Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e a Casa Civil deverão formar o núcleo do órgão gestor das parcerias.

Jucá diz que já tem as fontes de receita para o mínimo

O relator do projeto do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou que poderá apresentar até amanhã todos os números sobre os quais ainda há dúvidas, como as fontes de receita que deverão cobrir os R\$ 14 bilhões que estão em aberto para pagamento, entre outras coisas, do novo salário mínimo, do reajuste na tabela do Imposto de Renda e de um possível aumento da compensação aos estados exportadores pelas isenções do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) estabelecidas na Lei Kandir.

O senador confirmou que os dez relatórios setoriais deverão ser votados até quinta.

– Nos dias 27 e 28, poderemos debater e votar o relatório final na Comissão Mista de Orçamento e depois no Plenário, e espero que possamos encerrar o trabalho, com a aprovação do Orçamento, no dia 29 – afirmou Jucá. O senador garantiu que



ALERTA Jucá afirma que, quanto mais se reduzir a arrecadação, maior será a perda dos estados e municípios

será um orçamento “realista, equilibrado e que vai permitir a retomada de investimentos”.

Sobre as possíveis pressões das centrais sindicais pela correção da tabela do Imposto de Renda também para os descontos, o senador advertiu que, “quanto mais se reduzir a arrecadação do governo, maior será a perda dos estados e municípios, porque o IR é a base dos fundos constitucionais”. Jucá considerou justo o pleito dos governadores de estados exportadores, que querem aumentar o fundo de exportações para R\$ 9,1 bilhões.

– É um pleito justo, mas é difícil que consigamos chegar a esse número.

tabela (do Imposto de Renda), e esta é uma correção enganosa e demonstra o não-cumprimento de um compromisso assumido pelo governo ainda no primeiro semestre do ano passado. A classe média brasileira já é sacrificada com uma série de medidas e está sendo agora também – reclamou Azeredo, citando os aumentos das tarifas de energia elétrica, transportes e telecomunicações.

O senador mineiro afirmou que o seu partido lutará pelo cumprimento da palavra do governo federal e por um reajuste “pleno e integral, e não só em parte”, de todas as alíquotas e tabelas do Imposto de Renda.

Eduardo Azeredo aproveitou para cobrar do governo a correta aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) – destinado à conservação e recuperação das rodovias – e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) – criado para colocar computadores nas escolas públicas

– Chegamos à metade do governo Lula sem que os recursos estejam sendo utilizados devidamente, pois as estradas estão abandonadas e as escolas sem computadores – observou o parlamentar.

Pleito dos governadores esbarra na falta de recursos

■ CMO inicia hoje exame dos relatórios parciais do Orçamento, cuja votação pelo Congresso pode ocorrer dia 29

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) começa a examinar hoje os relatórios setoriais do projeto do Orçamento para 2005. A decisão seria iniciada ontem à tarde, mas os trabalhos foram suspensos porque o Plenário do Senado estava apreciando medidas provisórias (MPs) – o Regimento Comum não permite deliberação de comissões quando o Plenário de uma das Casas do Congresso estiver em votação.

A análise dos relatórios setoriais deverá ser concluída amanhã, e a partir daí o relator-geral do Orçamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), terá prazo até segunda-feira para apresentar seu parecer à comissão, para debate e votação. Jucá prevê que a votação da proposta pelo Congresso termine no dia 29.

Com o início da votação dos relatórios setoriais pela CMO devem se intensificar as pressões sobre o Orçamento. O presidente do colegiado, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), mandou um novo recado aos governadores que pleiteiam R\$ 9 bilhões para o fundo de compensação aos estados exportadores, decorrente das isenções do Imposto sobre



REAÇÃO “Só se chamarmos a Casa da Moeda”, diz Paulo Bernardo sobre a reivindicação para ampliar recursos destinados a compensar os estados

Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) definidas na chamada Lei Kandir.

– Não há como fechar essa conta. Só se chamarmos a Casa da Moeda – disse o parlamentar, depois da reunião inicial da comissão, onde foi lido o último dos dez relatórios setoriais.

Paulo Bernardo não confirmou o dado de R\$ 6,5 bilhões que o relator Romero Jucá deve apresentar aos governadores em reunião prevista para segunda-feira.

Além da reivindicação dos governadores, outros pleitos estão sendo negociados. Bancadas dos estados se reuniram ontem com o responsável pelo Comitê de Emendas, deputado João Leão (PL-BA). O presidente da comissão mista voltou a afirmar que são necessários R\$ 2,9 bilhões para absorver o impacto do novo salário mínimo

de R\$ 300 sobre as contas da Previdência Social

A correção da tabela do Imposto de Renda exige, conforme Bernardo, receita adicional de R\$ 2,16 bilhões.

Desarmamento

Compromissos já assumidos, como a realização do referendo popular sobre a proibição da venda de armas de fogo, em outubro de 2005, previsto no Estatuto do Desarmamento, relatado pelo senador César Borges (PFL-BA), foram orçados com recursos insuficientes. O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), autor da proposta de consulta popular, pediu a Romero Jucá que complemente os recursos.

O Executivo só programou R\$ 200 milhões, faltando R\$ 100 milhões para viabilizar o plebiscito, segundo técnicos da Justiça Eleitoral.

Comissão regulariza crédito à Agricultura

A Comissão Mista de Orçamento aprovou projeto de decreto legislativo que regulariza a abertura de crédito extraordinário para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no valor de R\$ 86,080 milhões, destinados a programas como o combate à febre aftosa e à prevenção de queimadas na Amazônia Legal.

A edição do decreto, segundo o presidente da comissão, deputado Paulo Bernardo, substitui medida provisória (MP 196/04) que perdeu efeito por decurso de prazo, depois de ter tido sua vigência prorrogada por 60 dias a contar de 18 de setembro de 2004. Os

parlamentares ligados ao setor rural fizeram um apelo para que o decreto fosse votado com urgência pela Comissão Mista de Orçamento e pelo Congresso Nacional.

Exportação

A MP 196, de 30 de junho de 2004, previa a aplicação de R\$ 44,08 milhões no combate a pragas e doenças, especialmente a febre aftosa, que cria obstáculos para a exportação de carne bovina brasileira. Outros R\$ 42,08 milhões eram direcionados à prevenção de queimadas, investigação de crimes ambientais e fiscalização, como parte do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia

Legal.

Além da proposta orçamentária de 2005, para fechar a pauta deste ano, a Comissão Mista de Orçamento precisa votar quatro projetos de créditos suplementares e um projeto de lei (PLN 48/04) que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005. O presidente da comissão informou que essas matérias ainda não foram examinadas por falta de acordo. Uma delas (PLN 97/04) ajusta o orçamento de investimento das estatais, com a abertura de um crédito suplementar de R\$ 1,31 bilhão e a redução de R\$ 2,3 bilhões, principalmente para obter um superávit nas contas dessas empresas.



SOLUÇÃO Eduardo Azeredo cobra aumento dos limites de gastos com saúde e educação dos dependentes

Azeredo quer o reajuste integral da tabela do IR

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou a forma como o governo pretende mudar a tabela do Imposto de Renda, que a seu ver constituirá uma maneira enganosa de correção. Ele protestou, especificamente, contra a intenção do Executivo de corrigir apenas a tabela e não os limites de dedução com gastos com saúde e educação dos dependentes.

– Estamos sendo surpreendidos por declarações de membros do governo de que a intenção é corrigir em 10% apenas a



FACTO Paim lembra que emenda é fruto de acordo entre a base do governo e opositores

Paim cobra da Câmara votação da PEC Paralela da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a cobrar da Câmara dos Deputados a votação da proposta de emenda à Constituição da Previdência, a PEC Paralela. Ele lembrou que o texto é fruto de acordo entre a base de apoio ao governo e a oposição para que fosse aprovada a proposta principal da reforma previdenciária.

– É a PEC Paralela que vai permitir a instituição de regra de transição para os que ingressaram mais cedo na administração pública. É nela que está garantida a paridade de vencimentos entre servidores públicos da ativa e aposentados. É essa proposta que garante aposentadoria integral para o servidor público. É a PEC Paralela que permite aposentadoria diferenciada para as donas-de-casa e portadores de deficiência física e doenças incapacitantes.

Para o senador, a Câmara encerra este ano com essa dívida para com a sociedade e parlamentares que participaram do acordo.

Paim também disse não entender o motivo pelo qual a Câmara não indicou ainda os integrantes para a comissão especial que vai definir a política permanente para o salário mínimo. Todos os partidos no Senado, observou, já fizeram as indicações.

Hélio Costa quer garantir compensação a estados

■ Não se pode, disse, sacrificar as unidades da Federação que produzem para exportar

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) fez apelo ao relator-geral do Orçamento da União de 2005, senador Romero Jucá (PMDB-RR), para que amplie a margem dos recursos destinados ao fundo de compensação dos estados que perderam com a Lei Kandir (lei que isenta do ICMS produtos agrícolas para exportação). Jucá anunciou a destinação de R\$ 6,5 bilhões para o ressarcimento. Segundo Hélio Costa, Minas Gerais tem a segunda mais importante pauta de exportações do país, que está sendo prejudicada.

– Não estamos podendo recomensar as empresas que produzem e exportam porque não conseguimos acertar os recursos dentro do Orçamento para fazer essa compensação – ressaltou o senador mineiro.

Para Hélio Costa, não é possível sacrificar os estados que produzem o suficiente com qualidade de exportação. O



AJUDA Hélio Costa também reivindica o aumento dos repasses da União aos municípios

caminho para compensá-los, afirmou, está nas mãos de Romero Jucá.

Hélio Costa também fez apelo aos deputados para que, na votação da reforma tributária, garantam acordo em torno da elevação de um ponto percentual – de 22,5% para 23,5% – do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele informou que, dos 853 municípios mineiros, mais de 600 são pequenos e dependem do FPM, que tem sido incapaz de cobrir despesas básicas como de educação e saúde.

Estradas

O senador registrou a apro-

vação, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), de destaques relacionados ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). Na condição de relator da matéria, Hélio Costa disse ter tido a oportunidade de resguardar, “com muito carinho”, algumas posições defendidas por Minas Gerais, como a destinação de R\$ 650 mil para a construção de passagem sob a linha férrea em Vespasiano; de R\$ 1 milhão para a construção de passagem sobre a linha férrea em Sarzedo; de R\$ 10 milhões para a construção de trechos rodoviários na BR-364; e de R\$ 2 milhões para a região de Poços de Caldas.

Conforme Hélio Costa, a presença de Minas Gerais no Orçamento não é proporcional à participação do estado no bolo fiscal. O senador lembrou que a arrecadação do imposto sobre combustível em Minas Gerais é uma das maiores do país.

O parlamentar também afirmou que há boa vontade por parte do governo Luiz Inácio Lula da Silva para usar recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) na recuperação da malha rodoviária.



CONQUISTA Para Arns, os índices de inflação no decorrer do ano ficaram em patamares aceitáveis

Arns: atuação do governo Lula em 2004 foi positiva

O senador Flávio Arns (PT-PR) fez ontem balanço positivo do governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. Conforme disse, muitas coisas ainda precisam ser melhoradas, mas o Executivo vem sinalizando mudanças importantes, inclusive no sentido da austeridade fiscal.

Entre os aspectos positivos, o senador apontou os índices inflacionários em patamares aceitáveis; o superávit de R\$ 60 bilhões na balança comercial; e o risco Brasil em torno dos 400 pontos, “o que indica segurança para o país”. Arns ressaltou também a queda do valor do dólar, que já chegou perto dos R\$ 4 e agora preocupa por estar “baixando demais”, com valores abaixo dos R\$ 2,70.

Flávio Arns vê ainda avanços “extraordinários na área social”. Segundo ele, o governo vem investindo na agricultura familiar, além de promover programas como o Bolsa-Família, que distribui cerca de R\$ 10 bilhões em renda ao ano, e garantir o pagamento de salário mínimo para portadores de deficiência, beneficiando cerca de 1 milhão de pessoas com recursos em torno de R\$ 3 bilhões. Arns destacou também as políticas de auxílio a idosos.

– Temos de pensar o que precisa ser melhorado, o que precisa ser mudado. O debate precisa ser feito com todos.

Pavan pede ao governo federal repasse de recursos

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do governo federal o repasse de recursos orçamentários a que têm direito os estados. Segundo disse, as unidades da Federação estão passando por enormes dificuldades, pois o Executivo transfere responsabilidades, como a manutenção de rodovias e atividades ligadas às questões sociais, sem garantir as verbas correspondentes.

– Nossos estados estão pas-

sando dificuldades enormes, estão desesperados – alertou.

Pavan informou que o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique (PMDB), tem apoiado o Executivo federal e feito todo o possível para mostrar que é necessário dar atenção ao seu estado. Mas, mesmo assim, não está recebendo ajuda.

– O governador Luiz Henrique tem apoiado o governo federal, tem feito de tudo para sensibilizá-lo, para ver se o go-



CONTRAPARTIDA Pavan: novas responsabilidades dos estados não vieram acompanhadas de recursos

verno olha para Santa Catarina. Eu não entendo, Luiz Henrique apóia tanto e não recebe apoio – ressaltou.

Mandato presidencial de seis anos só em 2010, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que “não há nenhuma hipótese de ser aprovado um mandato de seis anos para o presidente da República agora”. O mandato atual é de quatro anos. Uma eventual mudança, disse, será com a reforma política para

vigorar a partir de 2010.

O senador esclareceu que suas declarações no café da manhã com jornalistas, na última quinta-feira, foram entendidas fora do contexto, levando alguns órgãos da imprensa a publicar que ele estaria defendendo a mudança

imediatamente.

– A reforma, só podemos fazê-la para futuros mandatos.

Sarney ainda defendeu o voto distrital misto.

– É uma discussão difícil porque atinge uma visão, principalmente dos deputados, de que vai desmontar o seu esque-

ma de eleição. O voto distrital misto importa na votação por distrito e também por lista partidária, e todos nós estamos habituados a esse monstro que é o voto proporcional uninominal, que só existe no Brasil.

Sarney assinalou que não pode prorrogar sozinho a au-

toconvocação do Congresso para atender à Comissão Mista de Orçamento (CMO). O presidente da Câmara e líderes partidários precisam também ser ouvidos, observou. E afirmou que considera “quase impossível” prorrogar o prazo da CPI do Banestado.

Simon quer evitar desmoralização de CPIs

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ontem que o Senado tome providências para que o instrumento das comissões parlamentares de inquérito não sofra uma “desmoralização completa”, o que ocorreria caso a CPI Mista do Banestado não chegue a uma conclusão. E disse temer que, em razão dos problemas ocorridos na comissão, os parlamentares estejam decretando o início da morte de todas as CPIs do Congresso.

Simon declarou que não se sentia à vontade para votar no relatório do deputado José Mentor (PT-SP) ou no voto em separado (relatório alternativo) do presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), pela frustração que os resultados da comissão lhe causaram. Embora tenha apresentado 14 emendas, Simon disse que suas propostas e as 51 emendas de outros parlamentares não conseguiram aperfeiçoar o trabalho do relator, que considerou inacabado.

O andamento da CPI do Banestado, com presidente e relator se desentendendo, e a não instalação da CPI dos Bingos evidencia, para o senador, que há um movimento em marcha para esvaziar as CPIs.



CRÍTICA Para Simon, está em marcha movimento para esvaziar comissões parlamentares de inquérito



IMPASSE Em reunião marcada por questionamentos, Eduardo Suplicy (de pé) conversa com José Mentor, que está sentado ao lado de Antero de Barros

Votação do relatório da CPI do Banestado fica para o dia 27

■ **Oposição acusa relator de beneficiar aliados do governo, como Paulo Maluf e Henrique Meirelles**

A votação de seis medidas provisórias obrigou o presidente da CPI Mista do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a transferir para a próxima segunda-feira a reunião de ontem, convocada para votar o relatório final do deputado José Mentor (PT-SP). Segunda-feira é o prazo de encerramento da CPI.

O conteúdo do relatório final

tem provocado críticas dos parlamentares da oposição, que acusam o relator de beneficiar aliados do governo, como o ex-prefeito Paulo Maluf e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e de atacar ex-integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso, como o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, que recebeu do relator a recomendação de indiciamento.

Antero também anunciou que colocará em votação o seu voto apresentado em separado, com um relatório alternativo que incluiu os pedidos de indiciamento de Paulo Maluf, de Henrique Meirelles

e do ex-presidente do Banco do Brasil Cássio Casseb. O ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco não recebeu a mesma recomendação, mas no seu relatório Antero encaminha suas conclusões ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União (TCU), ao Banco Central e à Receita Federal, para que tomem ciência e medidas que julgarem necessárias.

– Somente um esforço político dos que não conseguem adotar a isenção em suas decisões é que poderia levar à tentativa de indiciamento de Gustavo Franco, visto que ele já se encontra respondendo a

processo tanto no TCU quanto na Justiça Federal, este último por iniciativa do Ministério Público. A tentativa do relator José Mentor de indiciá-lo somente pode ter objetivos políticos, uma vez que devido à sua formação jurídica não lhe é permitido desconhecer que pratica o *bis in idem* (julgar duas vezes pelo mesmo fato) – afirma Antero em seu relatório.

O senador ainda disse que os dois relatórios serão encaminhados ao Ministério Público, independentemente do resultado da votação e mesmo que não sejam examinados.

– Eu encaminharei o vencedor e o vencido – declarou.

Mentor tenta obstruir discussão e votação do relatório

O próprio relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado, deputado José Mentor, tentou obstruir ontem a discussão e votação do relatório final da CPI que investigou a remessa ilegal de dinheiro para o exterior por meio das chamadas contas CC-5, que pode chegar a US\$ 30 bilhões no período compreendido entre 1996 e

2002. Para parlamentares da oposição presentes à reunião, o fato foi considerado “inusitado”. O presidente do colegiado, senador Antero Paes de Barros, anunciou que irá apresentar voto em separado ao relatório original.

Mentor iniciou a tentativa de obstrução pedindo verificação nominal de quórum. Antero acolheu a solicitação e, após

constatar a existência do número regimental de senadores e deputados, deu prosseguimento aos trabalhos, que foram marcados por sucessivos pedidos de questão de ordem, tanto por parte de parlamentares da base do governo como da oposição. A maioria das solicitações referia-se a nomes incluídos no relatório de Mentor, lido na semana passada. Com o início

da ordem do dia, no Plenário do Senado, a reunião da comissão foi suspensa.

A oposição não poupou críticas a Mentor, sob o argumento de que ele e alguns parlamentares que dão sustentação ao governo não queriam dar curso normal ao andamento dos trabalhos, “mostrando o desejo de a CPI não chegar a lugar nenhum”.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) chegou a sair em defesa do ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, mas admitiu que qualquer um pode errar na condução da política econômica. Já Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a criticar o relatório de Mentor, afirmando que a CPI “perdeu uma excepcional oportunidade” de aprofundar as investigações.

Jane Araújo



INICIATIVA Ao agradecer homenagem, em cerimônia no Planalto, Sarney manifesta apoio a proposta de Lula para incluir livros nas cestas básicas do governo

Maciel exalta a atuação do empresário Paes Mendonça

O senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou ontem, em discurso no Plenário, o lançamento do livro *João Carlos Paes Mendonça: vida, idéias e negócios*, a respeito da trajetória do empresário pernambucano, que atua principalmente nas áreas de supermercado, imobiliária e de comunicação. A obra é de autoria do jornalista e escritor Mário Hélio.

– Pernambuco se sente agraciado por ter entre seus conterrâneos uma pessoa de tal estirpe. Os amigos de Paes Mendonça e todos os pernambucanos estão exultantes com seu sucesso e lhe desejam novos e continuados êxitos – disse Maciel.

De acordo com o senador, Paes Mendonça é um “empreendedor com visão estratégica”, além de empresário competente e de notável espírito de responsabilidade social. Natural em Ribeirópolis (SE), o empresário pode ainda ser descrito, segundo Maciel, como líder em todas as atividades que exerce, inclusive nos órgãos de classe de que faz parte, como a Associação Brasileira de Supermercados.

O livro que traz a trajetória de vida de João Carlos Paes Mendonça e expõe suas idéias e seus negócios tem prefácio do escritor e ministro do Tribunal de Contas da União Marcos Vilaça, para quem o empresário se destaca pela ênfase no trabalho de equipe, pelo reconhecimento das parcerias e pela busca de novos talentos. A publicação conta ainda com um texto do ex-ministro Gustavo Krause.



BIOGRAFIA Marco Maciel destaca livro sobre a trajetória do homem de negócios pernambucano

Sarney recebe título e defende mais estímulo à produção do livro

■ Presidente do Senado sugere a criação de fundo pelo BNDES para impulsionar a atividade editorial

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o título de Amigo do Livro, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. Na ocasião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que elimina impostos e taxas que incidiam sobre o livro. A nova legislação teve origem em emenda idealizada

pelo senador e apresentada durante a tramitação da matéria na Câmara, mediante acordo com o governo e o presidente daquela Casa, deputado João Paulo Cunha, tendo depois sido aprovada no Senado.

Ao agradecer a homenagem, Sarney defendeu novas propostas de estímulo à produção cultural, como a criação de um fundo especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para impulsionar o livro no Brasil, e também a concretização de uma antiga aspiração do presidente Lula: a inclusão do

livro nas cestas básicas distribuídas pelos programas sociais do governo.

– Fazendo isso, V. Exa. fará no Brasil verdadeira revolução cultural, combatendo também a fome do espírito – afirmou o senador dirigindo-se a Lula, que também foi agraciado com o título, juntamente com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Sarney lembrou que todo político pauta sua vida pública por uma causa, e a sua tem sido o incentivo à cultura, particularmente o livro. Ele elogiou a política cultural do governo e

agradeceu ainda a contribuição de Palocci e de João Paulo Cunha à aprovação da lei de desoneração do livro.

A sanção da lei e a entrega dos títulos de Amigo do Livro, pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), são parte da programação Viva Leitura 2005, que marcará no Brasil o Ano Ibero-Americano da Leitura.

A iniciativa prevê uma grande mobilização nacional para que no próximo ano seja implementada a Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas – que teve origem em projeto de autoria de José Sarney.

Produtores levam pleito à Comissão do Mercosul

A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul debateu ontem, em reunião presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), as relações comerciais entre os países membros do bloco. Argentina, Brasil e Uruguai têm várias pendências, relacionadas, por exemplo, ao comércio de vinho, arroz e carne. Produtores, lideranças rurais, entidades de classe e autoridades políticas participaram da discussão, que visa à elaboração de um documento a ser entregue ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues.



COMPETIÇÃO Pedro Simon (segundo à esquerda) preside a reunião em que foram debatidas pendências entre Brasil e demais países do bloco comercial

O documento levará ao governo sugestões de soluções emergenciais a vários setores do agronegócio brasileiro. Os

participantes do debate ressaltaram que especialmente o agronegócio gaúcho necessita de política imediata para a pe-

cuária e produtos como vinho, trigo, arroz e alho.

Os produtores brasileiros solicitaram a criação de mecanismos de proteção de preço e política agrícola condizente com a realidade brasileira, a fim de que possam competir com o mercado internacional e viabilizar a comercialização de seus produtos. A fiscalização das fronteiras, a política de cotas para a importação de vinhos e a adoção de salvaguardas, com políticas de proteção para o comércio do arroz, foram algumas das sugestões apontadas, durante o debate, que deverão constar no documento.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e João Alberto Souza

Roosevelt Pinheiro